

**A EDUCAÇÃO INFANTIL E O BRINCAR: CONCEPÇÕES EXPRESSAS NA
LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS OFICIAIS**
**EARLY CHILDHOOD EDUCATION AND PLAYING: CONCEPTIONS
EXPRESSED IN LEGISLATION AND OFFICIAL DOCUMENTS**

INSS: 2595-8704. **DOI:** 10.29327/2323543.22.1-6

Jocelita Alves de Souza¹

RESUMO

INTRODUÇÃO: O brincar e se movimentar são ações de extrema importância para se conseguir alcançar o desenvolvimento infantil, isso é garantido pela legislação e pelos documentos orientadores da Educação Infantil brasileira, porém, não existem garantias de que isso de fato é executado no âmbito escolar. **OBJETIVO:** O objetivo da pesquisa foi identificar os parâmetros legais que asseguram o direito ao brincar e ao movimento das crianças da Educação Infantil, promovendo assim algumas reflexões sobre os desafios da prática pedagógica nesse contexto educacional. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo documental e bibliográfico. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Observou-se que existe uma grande contradição entre as recomendações pedagógicas presentes nos documentos oficiais da Educação infantil sobre o brincar e se movimentar e o distanciamento do cumprimento dessas orientações dentro das escolas, ao mesmo tempo que acaba sendo caracterizada a falta de garantia do respeito ao direito das crianças pequenas e os prejuízos que a falta dessas atividades corporais pode acarretar a saúde e ao desenvolvimento infantil.

PALAVRAS-CHAVE: educação infantil; brincadeiras; ludicidade; legislação.

ABSTRACT

INTRODUCTION: Playing and moving are extremely important actions to achieve child development, this is guaranteed by legislation and by the guiding documents of Brazilian Early Childhood Education, however, there are no guarantees that this is actually carried out in the school environment. **OBJECTIVE:** The objective of the research was to identify the legal parameters that ensure the right to play and movement of children in Early Childhood Education, thus promoting some reflections on the challenges of pedagogical practice in this educational context. **METHODOLY:** This is a documentary and bibliographical study. **FINAL CONSIDERATIONS:** It was observed that there is a great contradiction between the pedagogical recommendations present in the official documents of Early Childhood Education about playing and moving and the distancing of compliance with these guidelines within schools, at the same time that it ends up being characterized as a lack of guarantee of respect for the rights of young children and the damage that the lack of these physical activities can cause to the health and development of children.

KEYWORDS: early childhood education; pranks; playfulness; legislation.

¹Mestre em Ciências da Educação pela ACU - Absoulute Christian University. **E-MAIL:** jocelitaalves@hotmail.com.
CURRÍCULO LATTES: lattes.cnpq.br/4355934152073375

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema a importância do brincar na Educação Infantil. Pois trata-se de uma atividade que dá prazer e faz parte da vida de qualquer criança, por isso toda criança tem direito a brincadeira. Através das atividades lúdicas as crianças desenvolvem habilidades para imaginação e para a criatividade, além do mais, aprendem brincando.

Sendo um levantamento bibliográfico, tem como objetivo identificar as contribuições das atividades lúdicas no desenvolvimento da aprendizagem escolar de crianças no primeiro ano do ensino fundamental, considerando que estas práticas podem ser compreendidas como as brincadeiras e jogos e tantas outras nas quais se exerçam a ludicidade. Assim, a pesquisa busca conhecer a importância das brincadeiras e jogos, principalmente no primeiro ano do ensino fundamental, pois as crianças dessa faixa etária sentem muita falta do momento com o brinquedo, o que não deveria ter deixado de existir com a transição da educação infantil para esse nível de ensino.

Geralmente essas crianças, por estarem iniciando o ciclo de alfabetização, sofrem pelo despreparo de alguns profissionais que dedicam mais tempo inserindo a leitura e a escrita e esquecendo que são crianças e precisam estar em contato com brincar.

A criança ao brincar, vivencia a realidade sob sua própria perspectiva, o que lhe permite viajar no mundo imaginário e nas suas fantasias. Ao brincar a criança experimenta, inventa, descobre, aprende e desenvolve suas habilidades. Além disso, estimula a curiosidade, a autoconfiança e lhe proporciona autonomia. E através do brincar, que se dá o desenvolvimento da linguagem, por meio da comunicação, estimula o pensamento, a concentração e a atenção.

O brincar é muito mais que parte da infância, ele é importante para a saúde física e mental das crianças e serve como ponte do imaginário para o real. Também é fundamental, através da brincadeira, introduzir coisas do

cotidiano dos alunos, por terem uma grande bagagem adquirida em suas experiências de vida, no meio onde estão inseridas, além da aquisição de muitas outras habilidades.

O educador ao mediar suas aulas de forma lúdica e dinâmica, proporciona a seus alunos a construção do conhecimento e, ao mesmo tempo, a autonomia da criança. É nesse brincar que a criança demonstra em qual estágio de desenvolvimento se encontra, quais suas habilidades e dificuldades, transferindo os seus sentimentos e suas angústias, medos, inseguranças, entre outros. Além do mais, de acordo com os tipos de brincadeiras e jogos, criam-se oportunidades para interagir com outras crianças e adultos, ou seja, proporciona-se a socialização.

As brincadeiras e os jogos têm que estar presentes na escola, para que a criança possa desenvolver os aspectos físicos, cognitivos e a mente. Além de servir como recurso motivacional ao aprendizado.

Quando se chega à sala de aula, na maioria das vezes os professores se deparam com um número elevado de alunos com grande dificuldade de aprendizagem e, conseqüentemente, desmotivados. Por essa razão, faz-se necessário uma prática educacional dinâmica e instigante, no intuito de promover uma aprendizagem significativa. O educador, como mediador, é parte principal nesse processo.

OBJETIVO

Identificar os parâmetros legais que asseguram o direito ao brincar e ao movimento das crianças da Educação Infantil, promovendo assim algumas reflexões sobre os desafios da prática pedagógica nesse contexto educacional.

METODOLOGIA

A metodologia é um dos elementos englobados no processo de investigação que são subsequentes da problemática e que possibilitam a evolução dos métodos e das técnicas indispensáveis para a realização da pesquisa.

O estudo teve caráter de abordagem qualitativa, pois tem como fonte um determinado grupo de pessoas em que se enquadram a temática da pesquisa. Segundo Gil (2010, p. 25) “As pesquisas podem ser classificadas de diferentes maneiras. Mas para que esta classificação seja coerente, é necessário definir previamente o critério adotado para classificação”.

Continua no mesmo sentido Fonseca (2002, p. 2):

A pesquisa qualitativa se preocupa com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. [...] A pesquisa qualitativa é criticada pelo seu empirismo, subjetividade e o envolvimento emocional do pesquisador.

No que se refere a escolha da natureza qualitativa, a mesma ocorre pela dinâmica e possibilidades que ela permite junto a pesquisa, como um maior aprofundamento no tema a ser trabalhado e toda e a compreensão da complexidade por trás das informações vinculadas ao referido tema. Ademais o uso da flexibilidade desta natureza de pesquisa permite alterações sempre que necessário sendo o método mais hábil na problemática.

De utilização do método de pesquisa descritivo, o presente trabalho tem por finalidade identificar os parâmetros legais que asseguram o direito ao brincar e ao movimento das crianças da Educação Infantil, promovendo assim algumas reflexões sobre os desafios da prática pedagógica nesse contexto educacional.

Acerca desta temática Gil (2010, p. 28) descreve:

Algumas pesquisas, descritivas vão além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, e pretendem determinar a natureza dessa relação. [...] Há, porém, pesquisas que, embora definidas

como descritivas com base em seus objetivos, acabam servindo mais para proporcionar uma nova visão do problema, o que as aproxima das pesquisas exploratórias.

Ainda de acordo com Ruiz (2008, p. 138):

A rigor, porém reserva-se a palavra método para significar o traçado das etapas fundamentais da pesquisa, enquanto a palavra técnica significa os diversos procedimentos ou a utilização de diversos recursos peculiares a cada objeto de pesquisa, dentro das diversas etapas do método.

Em relação aos meios, este trabalho utilizou do procedimento de pesquisa bibliográfica, devido às fontes que informam sobre a criação e desenvolvimento da temática escolhida. Gil (2010, p. 31) menciona que “a modalidade mais comum de documento é a constituída por um texto escrito em papel, mas estão se tornando cada vez mais frequentes os documentos eletrônicos, disponíveis sob os mais diversos formatos”.

Pesquisa bibliográfica trata-se do levantamento, seleção e documentação de toda bibliografia já publicada sobre o assunto que está sendo pesquisado, sejam em livros, jornais, boletins, monografias, teses, dissertações, material cartográfico [...]”, ou seja, o objetivo desta pesquisa é colocar o pesquisador em contato direto com todo o material já escrito sobre ele, mas para isso também é preciso pensar nos autores que fundamentarão os argumentos. Em geral esta pesquisa é regida pela pesquisa documental que trabalha com dados que ainda não receberam tratamento analítico e ainda não foram publicados (LAKATOS; MARCONI, 2010, p. 66).

No entendimento de Marconi e Lakatos (2007, p. 84) “pode utilizar métodos formais que se aproximam dos projetos experimentais, caracterizados pela precisão e controle estatísticos, com a finalidade de fornecer dados para a verificação de hipóteses”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Compreende-se a importância do lúdico para o desenvolvimento da criança, tanto e de tal maneira, que a legislação lhe assegura acesso a estas práticas impondo isto como direito. Procurando compreender como as práticas lúdicas são enfocadas na legislação, faremos uma abordagem de leis que trazem a obrigatoriedade do uso de tais práticas, expressamente ou subentendidas.

Assim, observemos a Constituição Federal (1988) e a consideremos como base deste princípio quando no corpo do artigo 6º ela coloca, dentre outros, o direito à educação.

Se a criança tem direito à educação, é necessário que entendamos o significado abrangente da palavra. Segundo o dicionário Aurélio, educação é o "processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral, visando à sua melhor integração individual e social" (AURÉLIO, 2000, p. 59). A partir disso, vemos que educação tange o desenvolvimento em aspectos variados e não apenas no que diz respeito a ensinar e aprender.

Desta forma, quando a Constituição Federal garante educação como direito, fica subentendido este conceito mais horizontal. Para atender a este conceito, é necessário que nos primeiros anos, as crianças devam ser estimuladas através de atividades lúdicas, jogos, leituras, imagens e sons, principalmente no primeiro nível, buscando através dos vários processos pedagógicos, conduzi-la ao conhecimento do mundo pessoal, familiar e social, garantindo-lhe efetivamente, o direito à educação expressa na Constituição que nos diz que a educação é direito da criança, dever do Estado e, obviamente, da família que deve tomar possível o acesso da criança à escola.

No Brasil, a educação é regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

Visto a obrigatoriedade do Estado, família e sociedade, abordaremos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que, além de definir outros aspectos importantes da educação em todas as suas etapas de ensino, nos dá o seguinte texto em relação à educação infantil:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996, p. 93).

Este ponto da LDB nos remete ao significado mais amplo da educação quando sugere o desenvolvimento integral observando inúmeros aspectos, portanto, voltamos a destacar aqui, a importância do lúdico para o desenvolvimento da criança, uma vez que, a utilização deste artifício propicia amplo desenvolvimento infantil, contribuindo com o que dispõe no artigo 29 da LDB.

Outra parte da legislação que surge com intuito de direcionar as ações que englobem o desenvolvimento da criança é o Estatuto da Criança e do Adolescente. O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990, veio regulamentar, garantir e inovar através de um mandamento constitucional o qual impõem à família, à sociedade e ao Estado "assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão" (CF, 1988. Art. 229). Sendo a inclusão da família, sociedade, além do Estado, uma das inovações consideradas positivas no Estatuto, na promoção dos direitos da criança e do adolescente.

O objetivo maior do Estatuto da Criança e do Adolescente é proteger a criança e o adolescente de toda e qualquer forma de abuso, bem como garantir que todos os direitos estabelecidos na Constituição lhes

sejam assistidos. Além de disciplinar os mecanismos os quais devem ser utilizados para que a família, a sociedade e o Estado garantam todos os direitos inerentes ao menor.

Além de todas as prerrogativas do ECA, vimos que uma de suas bases é garantir o direito à educação em sua integralidade, o que está expresso em seu artigo terceiro:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (ECA - Lei 8069/90, Art. 3º).

Com a legislação se direcionando a garantir o direito à educação da criança e do adolescente, surge a exigência de que esta educação seja de qualidade e com isso passa-se a rever o conceito de educação no Brasil no que diz respeito à qualidade que se deseja, espera e que é necessária.

Tendo em vista desenvolver a Educação no país, com o olhar atento à educação de base, em 2007 o governo Federal cria o Plano de desenvolvimento da Educação — PDE. A principal meta do PDE é uma educação básica de qualidade, para isso deve-se investir na educação profissional e na educação superior. Para isso se tornar realidade deve acontecer o envolvimento de todos: pais, alunos, professores e gestores, em busca da permanência do aluno na escola. Com o PDE o Ministério da Educação pretende mostrar tudo o que se passa dentro e fora da escola e realizar uma grande prestação de contas.

As iniciativas do MEC devem chegar a sala de aula para beneficiar a criança para atingir a qualidade que se deseja para a educação brasileira. O PDE foi editado no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal e este por premissas a visão sistêmica da educação, a sustentação

da qualidade do ensino e a prioridade a educação básica. Todas essas iniciativas preconizam o acesso à educação de forma democrática, ampliada e expressiva, bem como, firma o propósito de contribuir com a integralidade do desenvolvimento da criança.

A Educação Infantil considerada hoje como primeira etapa da Educação Básica, tem como intuito o desenvolvimento integral da criança de 0 a 5 anos, com o objetivo de ajudar a desenvolver os aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, completando assim a ação da família e da comunidade é o que afirma a LDB (BRASIL, 1996).

Mas para se chegar a este objetivo, a educação infantil passou e vem passando cada vez mais por mudanças com o intuito de melhorar esta etapa de educação no Brasil. Ao analisamos a história da legislação sobre essa etapa de ensino no nosso país, percebemos que a cada modificação na legislação caracterizava-se um determinado momento, onde as concepções sobre infância se diferenciavam e se ampliavam ao longo do tempo. Pois com a Lei 4.024/61, a primeira LDB, a educação pré-primária era ministrada em jardins de infância e escolas maternais. Logo depois pela primeira vez na Constituição de 1988, foi destacada a importância do atendimento à criança e definiu-se o papel do Estado face ao direito da criança. Além disso, a educação passa a ser complemento à ação da família, ficando assim determinado:

[...] É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma e negligência, discriminação, violência e opressão (BRASIL, 1988, p. 199).

É relevante compreender que a criança precisa está em um ambiente favorável ao seu crescimento e a Educação Infantil permite que a criança se desenvolva de forma espontânea e o professor se torna, na maioria das

vezes, como se fosse alguém da família. Portanto é tão substancial que se entenda que o trabalho realizado em sala de aula vai muito além de apenas cuidar.

Outro aspecto que deve ser ressaltado é que com a nova Constituição a criança passa agora a ser um sujeito de direitos e outros documentos começam a legitimar esta garantia, como a lei 8.069 de 1990 que aprova o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Esta lei esclareceu melhor cada um dos direitos da criança e do adolescente, bem como os princípios que devem nortear as políticas de atendimento a esse público.

Atualmente a instituição social educativa, ou seja, a escola assim como o professor membro de uma equipe, vem sendo questionada acerca de seu papel como ambientes e agentes criativos, inovadores e transformadores de uma gama de fatores econômicos, sociais, políticos e culturais em que o mundo se encontra hoje. Assim, surge uma série de reflexões sobre o papel da escola e o papel do professor, ambos com relações estreitas no que tange a sociedade e, conseqüentemente, suas transformações. Tais reflexões sugerem uma postura diferenciada, destes dois entes, que devem ser capazes de acompanhar as mudanças sociais e garantir a qualidade da educação.

Nesta perspectiva, novas exigências são acrescentadas ao papel desempenhado pela escola e ao trabalho do professor, de modo que ambos respondam às necessidades da sociedade. A partir disto, criam-se novos padrões de qualidade para a educação onde a formação do professor passa a ser fundamental em amplos aspectos e não apenas ao que está restrito à sala de aula. Diante do exposto afirma Luckesi (2000, p.11) “a formação do professor é reconhecidamente um dos fatores mais importantes para a promoção de padrões de qualidade adequados na educação, qualquer que seja o grau ou modalidade”.

Neste sentido, as reflexões sobre o papel da escola e mais especificamente do educador, estão diretamente ligadas com as ações desenvolvidas no

processo de formação, o qual deve ser pensado e realizado no sentido de promover aprendizagens que despertem realmente a capacidade do professor, impulsionando-o a sair do tradicionalismo e a buscar alternativas interessantes para que as crianças sintam prazer em aprender. Com relação a isto, Piaget (1975) fez críticas às práticas de ensino tradicionais, onde os métodos passivos sem estabelecer diálogo e situações que estimulem o aluno a pensar é o que prevalece. O professor transmite o conteúdo e o aluno terá que absorvê-lo e elaborar conceitos da mesma forma que lhe foi transmitido. Em consequência, o aluno termina por não conseguir assimilar o que lhe foi passado na escola em diferentes situações da vida.

Para Libâneo (2001, p. 58) afirma que:

Torna-se relevante que a formação de professores se dê de forma reflexiva e os mesmos sejam capazes de refletirem sobre as contribuições para o aluno no processo de aprendizagem, ou seja, que o professor não só pense em sua formação, mas sim em buscar metodologias diferenciadas que ocasionem o desenvolvimento no processo de ensino e de aprendizagem.

Trazer o lúdico para sala de aula remete aos educadores um compromisso de romper com a relação que fazem do brincar apenas como recreação, considerando o brincar como sinônimo de dispersão, e ainda, com uma visão em que a brincadeira e a aprendizagem não deve se estabelecer no mesmo espaço.

Por conta deste pensamento retrógrado, que ainda persiste na mente de muitos educadores, é dispensada esta prática na sala de aula, não entendendo que este momento que os fazem interagir com a situação lúdica é mais um auxílio que poderá favorecer o desenvolvimento da criança em todos os seus aspectos. Ou ainda a recreação também poderá ser vista como mais uma colaboradora no desenvolvimento e no aprofundamento dos conteúdos no contexto de sala de aula, pois assim, no transcorrer da aula, as crianças não

sentirão imposição das atividades escolares pelos professores, podendo sentir-se livres, pois, estando elas livres também poderão aprender a serem criativas. Kishimoto (2000, p. 98), “estabelece que a pedagogia deve considerar a criança como atividade criadora e despertar, mediante estímulos, suas faculdades próprias para a criação produtiva”.

Portanto, a escola e o educador precisam evoluir trazendo novas técnicas de aprendizagem e uma nova concepção de técnica educativa que possa viabilizar, a todas as classes sociais, uma aprendizagem criativa e harmoniosa entre educador e criança.

Portanto, cabe aqui enfatizar o valor do lúdico no processo educativo, através do uso de jogos e brinquedos, capazes de despertar a curiosidade e o exercício da mente, atuando como recursos riquíssimos na prática educativa e tendo o professor como mediador, como bem enfatiza o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil, “e o adulto, na figura do professor, portanto, que na instituição infantil, ajuda a estruturar o campo das brincadeiras na vida das crianças” (RCNEI, 1998, p. 28).

Que o professor em sua prática transforme o espaço da sala de aula em um ambiente inspirador de aprendizagem, e que este mesmo espaço, seja aberto para a criatividade onde a criança seja estimulada a criar, inventar, cooperar e ainda, levantar hipóteses e colocá-las à prova em uma constante relação de confiança entre professor e aluno e este último com os demais da turma.

Com isso, é possível entender a importância do professor como sujeito da ação pedagógica, intervindo, estimulando e despertando ideias com a finalidade de favorecer a aprendizagem dos alunos, estando assim, consciente de que seu trabalho é organizar práticas escolares como um importante aliado ao ensino, porém, consciente da importância de sempre partir do que o aluno já sabe para, a partir daí, ampliar os conhecimentos já adquiridos e assim promover o desenvolvimento de ambas as partes, de novas estruturas cognitivas, sociais, afetivas etc.

Assim, entre as contribuições das fontes teóricas, constata-se a grande importância das atividades lúdicas como um recurso riquíssimo na prática educativa para o desenvolvimento intelectual social e cultural da criança.

Para tanto, não basta apenas proporcionar às crianças momentos de brincadeiras ou jogos de forma isolada do contexto educacional. Logo, é preciso preparar futuros pedagogos para que sejam capazes de buscar transformar velhas práticas docentes em um ensino mais criativo e inovador. Como bem ilustra Neves (2009, p. 113), “[...] não existe um bom trabalho docente em sala de aula [...] se ele não for movido pela curiosidade e pela persistência em buscar, descobrir o que ainda não conhece.” Percebe-se então, a importância da formação do professor que corresponda às transformações da sociedade com práticas pedagógicas voltadas para desde cedo aguçar a criatividade dos alunos.

Assim afirma Kishimoto (2000, p.36) “O uso do brinquedo/jogo educativo com fins pedagógicos remete-nos para relevância desse instrumento para situações de ensino- aprendizagem e de desenvolvimento infantil”. Percebe-se a importância que o brinquedo desempenha nas situações lúdicas no processo educativo, e através das trocas nas interações sociais, surge a dimensão de potencializar a construção do conhecimento, criando novos significados no seu desenvolvimento e assim estimulando na criança múltiplas inteligências.

Segundo Almeida (2003) é realmente necessário construir caminhos que levem às práticas educativas, liberdade de expressão e de desafios. A educação lúdica, neste sentido, proporciona uma gama de experiências que transitam interações e conhecimentos.

Para promover organizações de atividades é preciso, portanto, superar a dicotomia, ou seja, é preciso libertar-se das ações que levam a escolher apenas áreas de conhecimentos como linguagem, matemática, sem nenhum atrativo e mistar práticas que proporcionam em conjunto a interação de todas as habilidades. Neste

sentido, as propostas pedagógicas devem possibilitar a ênfase no trabalho com diferentes linguagens como recurso básico de desenvolvimento na educação infantil. Para tanto, os professores deverão buscar aperfeiçoamento que os levem a compreender o contexto atual de educação que propiciem suporte de ações e trocas sociais, pelas as quais a criança aprende nas interações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O professor de Educação Infantil tem que antes de tudo possuir uma boa postura profissional e pedagógica para que o mesmo possa vir instruir os seus alunos a uma melhor postura possível, claro que não podemos nos esquivar e muito menos limitar esses tipos de atitudes apenas a este profissional, é necessário que todo o corpo docente, juntamente com os demais profissionais e gestão de uma boa escola possam ter a mesma mentalidade, caso contrário será apenas mais uma ação que trará tantos efeitos positivos. O fracasso escolar estar exatamente nessa particularidade, onde apenas uma minoria ainda tem a preocupação de refletir sobre os problemas enfrentados e isso consequentemente acaba distorcendo os resultados previstos.

Assim, o currículo escolar requer que o professor tenha noção acerca das condições necessárias do que se atribui a interação e estruturação, em espaços para exploração, constituindo um meio de desenvolvimento infantil, ligando-o às práticas cotidianas. Observamos que no Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil requer que o professor amplie a prática pedagógica ao lúdico no processo de construção do conhecimento no que tange a educação infantil. Portanto, é no contexto escolar que poderão propor ações lúdicas, criando e recriando possibilidade de imaginação.

Tem-se com certeza a ideia de que a instituição escolar sempre irá se apresentar como um ambiente de grandes problemáticas, todavia é necessário que toda a escola esteja equiparada para enfrentar essas diversidades. Vale lembrar que a presente pesquisa se refere a resolução

da problemática voltada para o aluno, mas que o devemos perceber que o professor é elemento chave na resolução dessa problemática, pois professores insatisfeitos ou que não apresentam uma responsabilidade com a formação não apenas cognitiva, mas também afetiva e disciplinar, não estará fazendo tantas vantagens.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Nunes de. Educação lúdica. Técnicas e jogos pedagógicos. 11ª edição. São Paulo: Loyola, 2003.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. de 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 junho. 2023.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei no 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação e da Cultura. Secretaria de Educação Básica. Referencial curricular nacional para a educação infantil. 1998. Brasília. v.1.

FONSECA, João José Saraiva da. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KISHIMOTO, Tizuko M. (Org.): Jogo, brinquedo, brincadeira, e a educação. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LUCKESI, C. C. O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem? Pátio, Rio Grande do Sul, n.12, p. 6-11, fev/mar. 2000.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RUIZ, João Alvaro. Metodologia Científica. Guia para eficiência nos estudos. 2ª. Edição. São Paulo, Atlas, 2008.